



Tribunal Judicial de Ourém

1.ª Juíza

Praça do Município - 2490-499 Ourém
Telef: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem tc@tribunais.org.pt

Proc.º 31017/09 9YIPRT

1425379

CONCLUSÃO - 19-06-2009

(Termo electrónico elaborado por Escrivão Auxiliar Aurora Leonor Faria)

=CLS=

SENTENÇA

Audiogest - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos apresentou requerimento de injunção, pedindo a notificação de [REDACTED] para pagar a quantia de € 1 002,00, sendo a quantia de € 947,42 correspondente ao capital e a quantia de € 42,58 correspondente aos juros desde 15-7-2007 até à data da entrada da providência.

Indicou como causa de pedir o fornecimento de bens e serviços, consubstanciado na emissão de uma licença relativa a direitos conexos a favor do estabelecimento do réu.

O Réu deduziu oposição alegando a ineptidão da petição inicial, e, por impugnação, alegando que se encontra devidamente autorizado a reproduzir obras musicais, por licença atribuída pela Sociedade Portuguesa de Autores.

Os autos foram remetidos à distribuição.

Realizou-se audiência de discussão e julgamento.

*

O tribunal é competente em razão da nacionalidade, matéria e hierarquia.

O processo é o próprio e não enferma de qualquer nulidade que o invalide na totalidade.

As partes, dotadas de personalidade e capacidade judiciária, são as legítimas.

*



Tribunal Judicial de Ourém

1.º Juízo

Praça do Município - 2490-499 Ourém
Telef: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem.tc@tribunais.org.pt

Proc N.º 31017/09 9YIPRT

Da ineptidão da petição inicial

O requerido veio invocar a ineptidão da petição inicial por falta de causa de pedir, sustentando que a requerente apenas alega a existência de um contrato de fornecimento de bens ou serviços, e deveria ter alegado que bens ou serviços forneceu, em que data e local os prestou, os preços acordados e demais termos em que o mesmo foi celebrado. Invoca, assim, a falta da causa de pedir.

O regime da ineptidão da petição inicial previsto no Código de Processo Civil é aplicável ao procedimento de injunção, mas sempre com as necessárias adaptações, sejam as que foram expressamente consagradas pelo legislador ou as que resultam da própria natureza do procedimento. Entre o primeiro tipo de adaptações está, desde logo, a simplificação do requerimento de injunção a apresentar pelo requerente, a qual está expressamente prevista no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro.

O requerimento de injunção deve constar de impresso em modelo aprovado pelo Ministério da Justiça e deve, na parte que agora nos interessa, expor sucintamente os factos que fundamentam a pretensão. Entre o segundo tipo de adaptações está a circunstância de o procedimento de injunção corresponder a um mecanismo processual simplificado que deve ser reduzido ao mínimo essencial para que a pretensão do requerente e a eventual oposição do requerido possam ser apreciadas pelo tribunal, atendendo sempre a que estão em causa valores diminutos e questões sem especial complexidade. É este, manifestamente, o entendimento do legislador que, no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, refere expressamente que estão em causa "acções de baixa densidade" e o "intuito de permitir ao credor de obrigação pecuniária a obtenção de forma célere e simplificada de um título executivo".

Estas adaptações impõem, necessariamente, a conclusão de que a ineptidão da petição inicial, nomeadamente por falta de causa de pedir, não deve ser



Tribunal Judicial de Ourém

1º Juízo

Praça do Município - 2490-499 Ourém
Telef: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem tc@tribunais.org.pt

Proc.Nº 31017/09.9YIPRT

apreciada no procedimento de injunção com o mesmo rigor que vale para as formas do processo previstas no Código de Processo Civil. Seria, além do mais, uma absoluta contradição facultar ao requerente um impresso em modelo aprovado pelo Ministério da Justiça e concluir depois, mesmo que este impresso tivesse sido preenchido de forma adequada, que o requerimento de injunção era inepto. Desde que o requerente exponha sucintamente os factos que fundamentam a sua pretensão, que é afinal a exigência do art. 10º do Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, o tribunal deve, pois, aceitar o requerimento em vez de exigir que a causa de pedir seja exposta de forma rigorosa.

No caso dos autos, temos, assim, que não se verifica a invocada ineptidão. A requerente descreve a sua pretensão como tendo por fundamento o fornecimento de serviços, consubstanciado na emissão de uma licença para a utilização pública de vídeos musicais e fonogramas editados comercialmente. Mais refere o nº das facturas, a data de emissão e os montantes nelas constante, o que é suficiente para que se considere que expôs sucintamente os factos que fundamentam a sua pretensão.

Pelo exposto, julgamos improcedente a nulidade de ineptidão do requerimento de injunção invocada pela requerida.

No mais:

Não há outras nulidades, excepções ou questões prévias que cumpra conhecer.

*

Provaram-se os seguintes factos:

1. A requerente é uma associação privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, mandatada para exercer os direitos dos produtores fonográficos em matérias relacionadas com o licenciamento e cobrança de direitos conexos devidos pelas várias formas de utilização pública de vídeos musicais e fonogramas editados comercialmente.



Tribunal Judicial de Ourém

1ª Juízo

Praça do Município - 2490-499 Ourém
Telef: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem.to@tribunais.org.pt

Proc Nº 31017/09 9YIPRT

2. O requerido é proprietário de um estabelecimento comercial, onde executa, publicamente, fonogramas e/ou vídeos musicais.
3. O requerido solicitou a licença referida em 1 à requerente, a qual lhe foi atribuída.
4. Pela atribuição de tal licença, foram emitidas as seguintes facturas:
 - factura de 15-6-2007, no valor de 350,90 euros, com data de vencimento em 15-7-2007;
 - factura de 28-5-2008, no valor de 359,67, com data de vencimento em 27-6-2008.
5. O requerido não pagou as quantias referidas em 4.
6. O requerido possui autorização da Sociedade Portuguesa de Autores relativamente aos anos de 2007, 2008 e 2009.

*

A convicção do tribunal fundou-se na prova produzida em audiência de julgamento analisada e conjugada criticamente à luz das regras da experiência.

Assim, considerou-se o depoimento desinteressado e esclarecido de Fernando [REDACTED] que descreveu ao tribunal como o réu preencheu um pedido de licenciamento, que assinou e carimbou, tendo a autora calculado o preço da licença com base nas informações por aquele prestadas e emitido as facturas constantes dos autos, que ainda não se encontram pagas. O pedido destinava-se a licenciar os direitos conexos dos editores e produtores fonográficos, representados pela autora.

Esta testemunha, apesar de ser trabalhador da requerente, prestou um depoimento espontâneo, claro e objectivo, que se afigurou nessa medida credível.

Teve-se em conta os documentos juntos aos autos a fls. 9 a 12 e 37, 38 e 39.

O contrato de prestação de serviços ficou provado documentalmente pelo documento supra referido e pelo depoimento da testemunha Fernando [REDACTED]



Tribunal Judicial de Ourém

1º Juízo

Praça do Município - 2490-499 Ourém
Telef: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem tc@tribunais.org.pt

Proc. Nº 31017/09.9YIPRT

██████████ O documento junto é um documento particular, cuja assinatura não foi impugnada pelo réu nem foi arguida a falsidade, pelo que faz prova quanto às declarações nele atribuída ao réu, nos termos dos arts. 362º, 363º, nº 3, 373º e 374º, nº 1 do Código Civil.

*

A questão que importa decidir consiste em saber se ao Autor assiste ou não assiste "jus" a exigir do Réu a quantia peticionada.

Vejamos, pois, tal questão.

Importa chamar à colação o preceituado no art. 1º do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, o qual considera como obra a criação intelectual do domínio literário, científico ou artístico, por qualquer modo exteriorizada, e que é protegida nos termos de tal Código, o que compreende nomeadamente os livros (cfr. art. 2º, n.º 1, al. a do Código).

Por outro lado, convém salientar que o direito de autor - que pertence ao criador intelectual da obra, salvo disposição expressa em contrário (cfr. art. 11º do citado Código) - abrange direitos de carácter patrimonial e direitos de natureza pessoal, denominados direitos morais, sendo que no exercício dos primeiros o autor tem o direito exclusivo de dispor da sua obra e de fruí-la e utilizá-la, ou autorizar a sua fruição ou utilização por terceiro, total ou parcialmente (cfr. art. 9º do CDADC).

Direitos conexos, por sua vez, são na redacção do Código, art. 176º do CDADC, "as prestações dos artistas, intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e de videogramas.", sendo os primeiros aqueles que "representem, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem de qualquer maneira obras literárias ou artísticas" ou, no caso dos produtores "... a pessoa singular ou colectiva que fixa pela primeira vez os sons provenientes de uma execução ou quaisquer outros, ou as imagens de qualquer proveniência, acompanhadas ou não de sons".

Pode afirmar-se que direitos conexos são os direitos daqueles que, embora não façam parte da actividade criativa da obra, não são autores, são quem a exterioriza, a torna pública.

Conforme refere o vertido no art. 184º do Código:



Tribunal Judicial de Ourém

1.º Juízo

Praça do Município - 2490-439 Ourém
Telf: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem.tc@tribunais.org.pt

Proc. Nº 31017/09.9YIPRT

"1- Carecem de autorização do produtor do fonograma ou do videograma a reprodução e a distribuição ao público de cópias dos mesmos, bem como a respectiva importação ou exportação.

2- Carecem também de autorização do produtor do fonograma ou videograma a difusão por qualquer meio e a execução pública dos mesmos".

Desta forma, tem a requerente legitimidade para exigir o pagamento da autorização por si passada para a utilização de obras executadas pelos seus representados, no estabelecimento da requerida, autorização essa que não se pode confundir com as autorizações que a SPA emite a título de Direito de Autor.

Tais autorizações são completamente distintas, porquanto a SPA emite autorizações e cobra direitos pela utilização de obras criadas pelos seus representantes, visando a autorização emitida pela requerente a autorização para o acto de divulgação por parte dos que divulgam a obra. Deste modo, o facto do requerido ser portador de licença emitida pela SPA não o isenta de possuir licença emitida pela requerente quanto aos direitos conexos.

Uma vez que o requerido solicitou a licença referida em 1 da matéria dada como assente à requerente, a qual lhe foi atribuída, do que resultou a emissão das facturas constantes dos autos, certo é que celebraram um contrato de prestação de serviço - art. 1154.º do Cód. Civil.

Os contratos devem ser pontualmente cumpridos - art. 406.º, n.º 1, do Cód. Civil.

A autora realizou a sua prestação de proporcionar ao Réu os serviços supra mencionados. Tal não ocorreu porém, em relação à Réu no tocante ao pagamento do preço dos serviços prestados.

Em face da omissão do pagamento do preço, que se presume imputável ao Réu - art. 799.º, n.º 1, do Código Civil -, cabe concluir que a Autora é dele credor pela quantia peticionada.

A resposta à questão essencial dos autos terá, pois, de ser positiva.

Uma vez que em causa está uma obrigação pecuniária com prazo certo, à quantia em dívida acrescem juros à taxa legal, desde a data da constituição em



Tribunal Judicial de Ourém

1º Juízo

Praça do Município - 2490-499 Ourém

Tel: 249540200 Fax: 249544086 Mail: ourem.tc@tribunais.org.pt

Proc. Nº 31017/09.9Y1PRT

mora (cfr. art. 805, nº al. a) e 806º, do CC), ou seja, desde 15-7-2007 quanto à factura nº 272 e 27-6-2008 quanto à factura nº 3130.

*

Decisão

Nestes termos, julgo a presente acção totalmente procedente por provada e, em consequência, condeno o Réu a pagar à Autora a quantia de 947,42 Euros, acrescida de juros de mora contabilizados à taxa legal, vencidos desde a data de vencimento de cada uma das facturas e sobre o montante por cada uma delas titulado, até efectivo e integral pagamento.

Custas pelo réu.

Registe e notifique.

*

Ourém, 15-7-2009